

A PERSPECTIVA CRÍTICA DA LINGUÍSTICA

Lorena Santana Gonçalves¹

RESUMO: Neste artigo, traçamos o percurso teórico desenvolvido pelas pesquisas de cunho crítico em Estudos Linguísticos. Para isso, partimos do florescimento desse tipo de teoria no âmbito dos Estudos Sociais até alcançar seu espaço na Linguística, servindo também como fundamentação para diferentes vertentes teóricas de cunho discursivo. Para entender essa trajetória, o entendimento do objetivo geral desse modelo teórico também se faz importante, uma vez que tenta evitar especificidades em excesso e a elaboração de esquemas metodológicos e epistemológicos, pois seu propósito é promover a evolução teórica a partir da discordância entre seus pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística; Estudos Críticos; Discurso.

ABSTRACT: In this article we present the theoretical course developed by critical research in Linguistic Studies. For this, we start from the emergence of this type of theory, within Social Studies, until it finds space in Linguistics, serving as a foundation for different theoretical aspects of discourse. In order to understand this course, we consider that the general objective of this kind of research is also important, since it try to avoid excess specificities and the elaboration of methodological and epistemological schemes, its purpose is to promote theoretical evolution from the disagreement among its researchers.

KEYWORDS: Linguistics; Critical Studies; Speech.

Introdução

A teoria social crítica, iniciada ainda nos anos de 1930, teve o seu florescimento a partir das ideias de pensadores como Max Horkheimer, Theódor Adorno e Herbert Marcuse, da Escola de Frankfurt, que confrontaram o pensamento ortodoxo do marxismo sobre o capitalismo para trazerem formas emancipatórias da pesquisa social, propondo novas formas de analisar a visão que os indivíduos têm de si mesmos e do mundo. Segundo a linha de pensamento dessa Escola,

¹ Doutoranda em Linguística Aplicada (UFBA). E-mail: ls.goncalves@hotmail.com.

uma teoria social crítica preocupa-se, particularmente, com as questões relacionadas ao poder e à justiça e com os modos pelos quais a economia, os assuntos que envolvem a raça, a classe e o gênero, as ideologias, os discursos, a educação, a religião e outras instituições sociais e dinâmicas culturais interagem para construir um sistema social (KINCLELOE & MCLAREN, 2006, p. 283).

Entretanto, não é fácil traçar um perfil para a pesquisa crítica, mesmo porque essa não é intenção de seus estudiosos. Na teoria crítica tenta-se evitar especificidades em excesso e a produção de esquemas metodológicos e epistemológicos para haver espaço para a discordância entre seus pesquisadores e, assim, haver sempre uma evolução.

É com esse pensamento que o olhar do pesquisador frente a seu objeto analítico dita o andamento da investigação, afinal, “a busca pela compreensão é um aspecto fundamental da existência humana, pois o encontro com o não-familiar sempre exige a tentativa de fazer sentido, de compreender” (KINCLELOE & MCLAREN, 2006, p. 287).

Na esteira das reflexões filosóficas de cunho crítico, no âmbito da Linguística, temos como marco o lançamento das obras *Language and Control*, de Fowler et al. e *Language as Ideology*, de Hodge & Kress, ambas publicadas em 1979. Embasados na tradição britânica funcionalista, com os pressupostos de Michael Halliday, de uma gramática para as realizações textuais dos significados sociais, os linguistas críticos propõem correlações entre estrutura social e estrutura linguística. Por isso, vão além dos pressupostos da sociolinguística, colocando o significado linguístico inseparável da ideologia, a qual só pode ser aferida a partir da estrutura social. Em outras palavras, as habilidades comunicativas são produto da posição, do *status* e dos papéis dos indivíduos no sistema de classes, portanto, produto da estrutura social (FOWLER & KRESS, 1979).

Ao rememorar os primórdios da Linguística Crítica, Fowler (2004) explica que o objetivo era fazer uma linguística aplicada da teoria de Halliday. Nas palavras do pesquisador:

formulamos uma análise do discurso público, uma análise criada para chegar à ideologia codificada implicitamente por detrás das proposições abertas, para examiná-la em particular no contexto das formações sociais. As ferramentas para essa análise foram uma seleção eclética de categorias descritivas apropriadas ao propósito: especialmente aquelas estruturas identificadas por Halliday como ideacionais e interpessoais, é claro, mas nós também usamos outras tradições linguísticas, como, por exemplo, quando precisamos falar sobre atos da fala ou transformações. Nossa concepção de instrumentalidade

ou propósito era complicada e talvez não tenha sido discutida em sua totalidade no livro (FOWLER, 2004, p. 208).

Contrariando muitos estudos formalistas, em Linguística Crítica a linguagem é entendida a partir da sua interação com o contexto, a partir de fatores externos à estrutura, afinal, faz parte da sociedade; portanto, a Linguística Crítica questiona o estudo imanente da língua para validar o estudo do discurso como prática social:

os formalistas identificam o social como uma dimensão dissociada da linguagem, sem considerar a intervenção dos elementos históricos, ideológicos e culturais na determinação dos textos, isto é, na organização interna do sistema linguístico. Nesse paradigma, o usuário da linguagem é incapaz de intervir na sua própria língua, ocupando o lugar de reprodutor e decodificador de mensagens (MELO, 2012, p. 54)

Legatária da Linguística Crítica é Análise Crítica de Discurso (ACD), cunhada pelos pesquisadores Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak, na década de 1990, a qual surgiu a partir da tentativa de sanar limitações do escopo teórico crítico; além de tentar “oferecer suporte científico para a crítica situada em problemas sociais relacionados ao poder como controle” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 12).

A ACD rompe com a Análise de Discurso Francesa, ao abandonar o entendimento de sujeitos como um efeito do discurso, isto é, a materialidade de uma formação ideológica, para adotar o conceito de ator social, que se (re)constrói nos contextos interacionais com certa autonomia, pois ao mesmo tempo que sofre uma determinação ele a modifica em suas práticas cotidianas; então, a ACD entende a linguagem “como uma prática interconectada a várias outras da vida social” (MELO, 2012, p. 54). Assim, são propostas teorias e métodos para descrever, interpretar e analisar textos e eventos em diversas práticas sociais, isto é, a linguagem no contexto sócio-histórico. Nas palavras de Magalhães,

a ADC oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à auto-identidade e à identidade de gênero, à exclusão social (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

Com a forte presença de questões contextuais nos estudos de linguagem, questões como enunciação e discurso tomam um espaço importante. O estudo da linguagem por si só não é o foco, mas sim as relações de poder, institucionalização das identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas que

podem ser criadas, mantidas e reproduzidas por meio da linguagem. Conforme van Dijk (2012) pontua,

interessa-nos investigar, por exemplo, de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera, entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade (VAN DIJK, 2012, p. 09).

Assim sendo, a ACD não se resume a um método, pois se apropria de qualquer método que seja relevante a seus propósitos de pesquisa, constitui, assim, um domínio acadêmica.

Nesse momento, difícil é-nos traçar uma diferença conceitual da LC e da ACD, por isso, consideramos importante trazer em questão as postulações de Wodak (2004), para quem apesar desses termos terem sido cunhados em momentos diferentes, de formas independentes, eles podem ser usados de forma intercambiável, afinal, são, uma perspectiva compartilhada sobre como fazer análise linguística, semiótica e do discurso. Assim, a noção atórica que o termo *crítica* traz consigo, está mais relacionada ao rompimento com teorias linguísticas cartesianas, para uma preocupação com o contexto, com as relações socialmente estabelecidas (WODAK, 2004).

Apesar de campos do conhecimento, como a Retórica clássica, a Linguística Textual, a Sociolinguística, a Pragmática serem as bases da ACD, os linguistas críticos consideram as suas variáveis contextuais correlacionadas de forma ingênua, com se a linguagem fosse um sistema autônomo, mesmo não sendo isso considerado em seus pressupostos (WODAK, 2004). Além disso, em contraste com outros paradigmas de análise linguística, a ACD não só focaliza os textos verbais, isto é, falados ou escritos, como seu objeto de investigação, mas considera de suma importância outras semioses não verbais. Somente assim, consegue uma teorização e descrição tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto das estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos (FAIRCLOUGH, 1993).

Nesse contexto, o desenvolvimento na Semiótica Social da noção de multimodalidade toma destaque, afinal,

nem tudo o que pode ser realizado pela escrita pode também ser realizado por meio de imagens, ou vice-versa. Nesse sentido, qualquer modalidade semiótica tem a capacidade de formar textos, isto é, complexos de signos internamente coerentes entre si como também coerentes externamente, com o contexto no e em função do qual foram produzidos (CARVALHO, 2013, p. 2).

Assim, todos os formatos textuais devem ser vistos como a parte de interações comunicativas imersas em complexos processos sociais. A estrutura discursiva dos textos expressam propósitos e papéis dos seus interactantes, fruto de formas predominantes de organização econômica e social, além de instrumento de afirmação e legitimação de estruturas sociais e condições materiais.

Numa definição simples, a Semiótica é o estudo dos processos e efeitos da produção, reprodução e circulação de significados (HODGE & KRESS, 1988). Em outros termos,

a posição privilegiada da **semiótica**, [nesse processo], como teoria geral dos signos, deve-se ao fato de que ela investiga explicitamente todos os signos, as relações signicas e as operações sígnicas, que são usadas implícita, intuitiva e automaticamente. Não existe em nenhuma atividade espiritual, um meio utilizável ou utilizado que, uma vez referido a qualquer fato ou acontecimento material, ou não material, não pertença à teoria geral dos signos (FERNANDES, 2011, p. 161).

Na esteira dessa teorização, está a Semiótica Social, seguindo uma tendência pós-estruturalista, ao colocar os significados como processos que acontecem como parte da construção social, relacionados à história, função, contexto e efeitos; ela abarca os significados socialmente construídos através de formas semióticas, textos semióticos e práticas semióticas da sociedade humana em todos os períodos da história humana (HODGE & KRESS, 1988), afinal, “os signos podem não estar dissociados da forma concreta do intercâmbio social [...] e não podem existir, por si só, sem ele” (HODGE & KRESS, 1988, p. 18)².

O trabalho que marca o início dos estudos analíticos de textos multimodais em Semiótica Social é o de Hodge & Kress (1988), intitulado *Social Semiotics*, onde, embasados na teoria hallidayana, defendem que todos os modos semióticos constroem o sentido junto ao modo verbal, pois nenhum modo semiótico pode ser estudado isoladamente; então, para entender a estrutura e o processo da linguagem é necessário entender a dimensão social.

A teoria hallidayana consiste em uma abordagem de estudo cuja noção de linguagem está centrada na função durante a produção de significados. Datada dos anos

² Tradução nossa de: “signs may not be divorced from the concrete forms of social intercourse [...] and cannot exist, as such, without it”.

1960 e 1970, essa teoria, desenvolvida por Michael Halliday, é intitulada sistêmico-funcional, pois entende a língua como sistemas interligados que o falante utiliza para produzir significados durante a comunicação. Sobre ela, Santos (2014) esclarece que nela,

o texto é entendido como um fenômeno social e, como tal, é condicionado por outros sistemas sociais. A língua é um sistema onde o indivíduo faz suas escolhas segundo o contexto social em que está inserido e a gramática tem como função auxiliar na análise dos textos. Nesses termos, a linguagem é tida como “um sistema de significados” que possui uma cadeia de sistemas que possibilita que tais significados sejam realizados. Na abordagem hallidayana, a linguagem se organiza não só em torno do seu sistema linguístico, mas também em torno do seu sistema de dados do contexto social. Esses dois sistemas se interrelacionam numa rede sistêmica (SANTOS, 2014, p. 166).

Uma vez estabelecidas as premissas para o estudo de gêneros multimodais, Kress & van Leeuwen (2006 [1996]), em *Reading Images: the grammar of visual design*, propõem o estudo da Semiótica Social para contemplar qualquer forma de significação. Para os autores,

no lugar de modos semióticos específicos, são os significados que estão atrelados à cultura. A maneira como os significados são mapeados em diferentes modos semióticos, isto é, a forma como algumas coisas podem, por exemplo, ser “ditas” visualmente e verbalmente, outras apenas visualmente ou apenas verbalmente, são culturalmente e historicamente específicas (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006, p. 02)³.

Por isso, quaisquer textos são entendidas como atividades sociais marcadas pela política e pelas estruturas de poder submetidas a disputas ideológicas marcadas por interesses específicos das instituições sociais. Sendo assim, entendemos que a produção de signos está diretamente relacionada ao contexto de veiculação e leitura dos textos, como denominou Bakhtin (2003), às esferas de interação humana, isso porque, segundo Kress & Van Leeuwen (2006),

As novas realidades do panorama semiótico são provocadas por fatores sociais, culturais e econômicos: pela intensificação da diversidade linguística e cultural dentro das fronteiras dos Estados-nação; pelo enfraquecimento destes limites dentro das sociedades, devido ao multiculturalismo, meios eletrônicos de

³ Tradução nossa de: “meanings belong to culture, rather than to specific semiotic modes. And the way meanings are mapped across different semiotic modes, the way some things can, for instance, be ‘said’ either visually or verbally, others only visually, again others only verbally, is also culturally and historically specific”.

comunicação, tecnologias de transporte e de desenvolvimentos econômicos globais. Fluxos globais de capital e de informação de todos os tipos, de mercadorias e de pessoas, dissolvem não apenas as fronteiras culturais e políticas, mas também fronteiras semióticas. Isso já está começando a ter os efeitos mais profundos sobre as características de Inglês (e Ingleses) a nível mundial, e até mesmo dentro das fronteiras nacionais (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006, p. 36)⁴.

Essa nova realidade já é levada em consideração pelos PCN (1998), para os quais “atualmente, exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes e muito superiores aos que satisfizeram as demandas sociais até bem pouco tempo atrás – e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente” (PCN, 1997, p. 30). Isso porque hoje em dia, com as novas tecnologias de informação, o estudo de somente o código verbal não é a única possibilidade de sentido, a noção de texto abarca elementos diversos, que vão além da visão tradicional de decodificação de um texto oral/escrito. Cores, gestos, expressões, entre outras semioses são importantes na comunicação, sendo, por isso, observadas pelas teorias pós-modernas na leitura de gêneros textuais, afinal, os textos são, por natureza, multissemióticos (DIONISIO, 2005). Como Fairclough (1989) pontua, os elementos visuais e verbais operam de forma tão interativa que se torna muito difícil isolá-los.

Essa colocação hodiernamente é explicada com a teorização formulada por Kress & van Leeuwen (2006), para os quais é constante o surgimento de novas configurações linguísticas devido aos avanços tecnológicos, e conseqüentemente diferentes semioses passam a se relacionar com a linguagem verbal, evidenciado uma mudança bastante abrangente nos contextos interacionais. Em outras palavras, os diferentes modos de significação, tais como campanhas publicitárias, noticiários, novelas, quadrinhos, entre outros, são compostos por mais de um código semiótico, tornando o público cada vez mais leitor de textos que comportem mais que somente linguagem escrita. Por isso,

Assim como as gramáticas da língua descrevem como palavras combinam em cláusulas, frases e textos, a nossa "gramática" visual irá descrever a forma como elementos descritos – pessoas, lugares e coisas – combinam em

⁴ Tradução nossa de: “the new realities of the semiotic landscape are brought about by social, cultural and economic factors: by the intensification of linguistic and cultural diversity within the boundaries of nation states; by the weakening of these boundaries within societies, due to multiculturalism, electronic media of communication, technologies of transport and global economic developments. Global flows of capital and information of all kinds, of commodities, and of people, dissolve not only cultural and political boundaries but also semiotic boundaries. This is already beginning to have the most far-reaching effects on the characteristics of English (and Englishes) globally, and even within national boundaries”.

"enunciados" visuais de maior ou menor complexidade e extensão (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006, p. 1)⁵.

Fato é que múltiplas semioses sempre coexistiram, porém, sempre foram tratadas como dissociáveis, mas a comunicação, como Kress (2010) explica, é por natureza multimodal, podendo estar envolvidas nela diferentes tratos semióticos, tais como falar, olhar, gestos, físico, etc. Assim, cada modo semiótico desenvolve-se enquanto uma rede de recursos interligados com a finalidade de produção de sentido, e as alternativas selecionadas dentro dessas redes de significado podem ser vistas como traços da decisão do sujeito em produzir o significado mais adequado em um determinado contexto de comunicação. A comunicação, tal como é, exige dos falantes a procura por formas de expressão que acreditem ser maximamente transparentes, para alcançarem a melhor forma de interação possível. Entretanto, é importante destacar que nela serão definidos lugares na estrutura social, marcados por diferenças de poder, o que afeta o modo como cada participante alcance o entendimento máximo.

Para Kress e van Leeuwen (2006), então, não é suficiente estudar a linguagem por si só a partir da construção e reconstrução social do significado, daí surge a proposta da gramática da linguagem visual, com a finalidade de descrever o modo como as imagens se combinam para construir a pretensão de sentido. Os autores argumentam pela equiparidade entre estruturas visuais e estruturas linguísticas, pois ambas são formas de interação social que expressam interpretações particulares das experiências, que são culturais. Assim como a língua, as imagens apresentam regularidades culturalmente produzidas comuns a todos os seres humanos no processo de construção de significados, podendo ser, portanto, objeto de descrição formal por meio de uma gramática.

Apesar de qualquer modalidade semiótica ter a capacidade de construção textual a partir dos signos que possui, nem tudo o que pode ser realizado pela escrita, por exemplo, pode ser realizado por meio de imagens e/ou vice-versa. Isso porque, para os autores, cada modo semiótico tem suas próprias possibilidades e limitações na construção significativa.

⁵ Tradução nossa de: "just as grammars of language describe how words combine in clauses, sentences and texts, so our visual "grammar" will describe the way in which depicted elements – people, places and things – combine in visual 'statements' of greater or lesser complexity and extension".

Os textos possuem várias maneiras de significar, afinal, a linguagem é não-transparente, nesse sentido, a construção do texto imagético pode ser feita por: composição espacial, escolha das cores e processo narrativo. O discurso, nesse contexto, é entendido como um conjunto de práticas que estão armazenadas numa memória coletiva, social, institucionalizada. O sentido, então, não está no texto, nem no leitor, nem no autor, mas na relação que se mantém entre quem produz com quem lê, com outros textos e com outros discursos possíveis.

Na proposta de análise de textos multimodais, Kress & van Leeuwen (2006) embasam-se na noção teórica hallidayana de metafunções adaptada ao modelo da semiótica visual, com ou sem o acompanhamento do texto escrito. Assim, partindo pressuposto de texto como interacional, as metafunções ideacional, interpessoal e textual (HALLYDAY, 1994), passam a ser denominadas representacional, interativa e composicional, respectivamente.

Os significados representacionais, aludem à metafunção ideacional, são realizados pelos participantes, sejam eles indivíduos, lugares ou coisas, de modo concreto ou abstrato; podem ser subdivididos em duas estruturas:

- 1) narrativa: relacionada a representações e eventos;
- 2) conceitual: referente à representação dos participantes.

Os significados interativos, que correspondem à metafunção interpessoal, consistem no tipo interação estabelecida entre os participantes representados, os produtores e os espectadores do texto visual (produtor/texto/leitor), por meio de recursos como o sistema do olhar, o enquadramento, e a perspectiva.

Os significados composicionais, que correspondem à metafunção textual, combinam estruturas visuais de recursos representacionais e interativos, resultando em uma unidade de significação, o que diz respeito à organização e à combinação simbólica do texto. Sobre o assunto, Santos (2010) explica que:

são os significados representacionais, os interacionais e os composicionais que operam simultaneamente em toda imagem, construindo padrões de experiência, interação social e posições ideológicas a partir das escolhas de qual realidade está sendo representada, qual a visão de mundo é apresentada, que tipo de proximidade há entre os participantes da imagem e o leitor, como os participantes são construídos, quais são as cores da imagem, sua textura, como os gestos, as vestimentas, as expressões faciais são combinadas na organização da imagem etc. (SANTOS, 2010, p. 4).

Fato é que nas imagens, os efeitos de sentido dependem predominantemente da forma como as pessoas, objetos, lugares são representadas. Ao se retratar uma pessoa sozinha, por exemplo, é possível criar suas características que as tornam única, identificável. Se pessoas são descritas em grupos, multidões, por outro lado, a tendência é a de homogeneização. Além disso, roupas, ações, pose/postura são representações visuais categorizadoras, podendo ser usadas para invocar conotações tanto positivas como negativas, bem como para representar estereótipos étnicos ou, ainda, racistas.

Sendo assim, podemos afirmar que a relação significante/significado saussurreana fica limitada, pois o significante não é entendido como mental (imagem acústica), mas uma imagem perceptível e motivada (RAMOS, 2007); o signo mostra-se, nesse contexto, motivado. Fazendo uma ponte com Cagnin (2014), os signos icônicos possuem um caráter imitativo-figurativo, isto é, um caráter analógico com o objeto representado, causando uma sensação realidade.

Tomando como exemplo os quadrinhos, Capistrano (2012) explica que “o quadrinista faz uso de imagens estereotipadas, que se tornam ícones e são usadas como parte da linguagem narrativa gráfica. Os desenhos são motivações sócio-histórico-culturais” (CAPISTRANO, 2012, p. 35). Dessa maneira, os signos, na perspectiva crítica da linguística, são culturalmente motivados (KRESS, VAN LEEUWEN, 2006); as imagens, nesse contexto, não como uma mera reprodução da realidade, mas mediadas por ideologias.

Referências

CARSPECKEN, P. F. Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos. *Revista Educação e realidade*, v.36, UFGS: Porto Alegre, 2011, p. 395-424. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/20698/12920>> . Acesso em Dezembro, 2014.

CARVALHO, F. F. Os significados sociais construídos pela primeira página de jornais mineiros. *Ling. (dis)curso*, Tubarão, v. 10, n. 1, 2010, p. 69-89. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1518-76322010000100004>>. Acesso em Agosto de 2016.

DIONÍSIO, A. P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005, p. 159-177.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: ARTMED, 2006, p. 15-41.

FERNANDES, J. D. C. . Introdução À Semiótica. In: ALDRIGUE, A. C. de S.; LEITE, J. E. R. (Orgs.). *Linguagens: Usos e Reflexões*. v. 8. João Pessoa: Editora da Ufpb, 2011, p. 1-185.

FERRAZ, J. A. *Gêneros multimodais: novos caminhos discursivos*. 2012. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/2_Janaina_AF.pdf> Acesso em Janeiro de 2015.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 25-49.

FOWLER, R. Sobre a lingüística crítica. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, 2010, p. 207-222. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/296>. Acesso em: 09 jul. 2016.

_____ & Kress, G. Critical linguistics. In R. Fowler, B. Hodge, G. Kress, & T. Trew, *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

GIL, B. D. A mulher no léxico da canção do consumo: um discurso polarizado. In: MELO, Iran Ferreira de. (Org.). *Introdução aos estudos críticos de discurso: teoria e prática*. Campinas: Pontes, 2012, p.189-202.

KINCLELOE J. L.; MCLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: ARTMED, 2006, p. 281-312.

KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. New York: Routledge, 2010.

_____; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006 [1996].

_____; *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. Arnold, London, 2001.

MAGALHAES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. *DELTA*, São Paulo, v. 21, 2005, p. 1-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Mar. 2015.

PAES DE BARROS, C. G.; COSTA, E. P. M. da. Os gêneros multimodais em livros didáticos: formação para o letramento visual?. *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 38-56, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Agosto de 2016.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

SANTOS, Z. B. dos. *As considerações da gramática do design visual para a constituição de textos multimodais*. (2010). Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:JtObv7f9uZkJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 Acesso em Agosto de 2016.

_____; MEIA, A. C. G. A. De. A produção de textos multimodais: A articulação dos modos Semióticos. *RevLet – Revista Virtual de Letras*. Volume 2, 2010.

VIEIRA, J; SILVESTRE, C. *Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional*. Brasília, DF: J. Antunes Vieira, 2015.